

## O SILÊNCIO: TRADUÇÃO IDEAL - DA TRADUÇÃO TOTAL À TRADUÇÃO IMPOSSÍVEL

Vanete Dutra Santana  
Universidade de Campinas  
seide2003@hotmail.com

**Resumo:** Neste artigo, procuramos demonstrar, por meio da análise da crítica do narrador do conto “Menard, autor del Quijote”, de Jorge Luis Borges, a impossibilidade de se atingir *total equivalência* de sentidos no processo tradutório. Como apoio para comprovação de nossa teoria, utilizamos a tradução do primeiro artigo da *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América* do inglês para o *newspeak*, a língua oficial de um estado totalitário fictício criado por George Orwell em seu romance *1984*. Como metodologia, utilizamos a análise do discurso, uma vez que, ao conceber o texto em sua discursividade, ela põe em relevo como o texto significa, ao invés de instigar o analista a buscar algum significado essencial no interior do texto. Assim, podemos trabalhar com os efeitos de sentido gerados pelo texto. O que há em comum nas diferentes traduções apresentadas para o conto de Miguel de Cervantes e para o artigo da *Declaração* é o fato de que, a despeito de apresentarem direções opostas, ao buscarmos o mesmo objetivo – traduções totalmente equivalentes –, revelam a impossibilidade da tradução.

**Palavras-chave:** tradução e interpretação, tradução e fidelidade, análise de discurso, essencialismo, desconstrução.

**Abstract:** In this article our aim is to show, by way of critical analysis of the narrator of the story “Menard, autor del Quijote”, by Jorge Luis Borges, the impossibility to achieve total equivalency of meaning in the translation process. Like a second basis for this theory, we use the translation of the first article of the *Declaration of Independence of the United States of America* from English for *Newspeak*, the official language of a fictitious totalitarian state created by George Orwell in the novel *1984*. We use discourse analysis as the methodology, because when we conceive the text

in its subject, it stands out as significant text instead of pushing the analyst to look for some significant meaning within the text. In this way we can work with the effects of meaning brought about by the text. What the different translations presented for the story of Miguel de Cervantes and for the article of the *Declaration* have in common is a fact that, despite presenting opposite directions, go after the same objective - totally equivalent translations - reveal its impossibility.

**Keywords:** translation and interpretation, translation and fidelity, discourse analysis, essentialism, deconstruction.

Molhou a pena na tinta e hesitou por alguns segundos. Um temor lhe agitara as tripas. Marcar o papel era um ato decisivo. Com letra miúda e desajeitada escreveu:

4 de abril de 1984

Encostou-se ao espaldar. Descera sobre ele uma sensação de completo desespero. [...]

Seus olhos tornaram a focar a página. Descobriu que estivera escrevendo num gesto automático, ao mesmo tempo em que a memória divagava. E não era mais a letra desajeitada e miúda de antes. A pena correria voluptuosamente sobre o papel, escrevendo em grandes letras de imprensa:

ABAIXO O GRANDE IRMÃO

George Orwell, 1984.

## Introdução

Caso a diferença inerente ao *outro*, mesmo um outro que se pretende *igual*, não seja reconhecida e respeitada, e a questionável fidelidade seja a linha pela qual se pautem uma tradução, os resulta-

dos podem ir além de se ter na tela do cinema a legenda “O pai abraça sua filha.”, enquanto a imagem mostra um pai beijando a filha, como aconteceria caso a receita de tradução de Jean-Paul Vinay e Jean Dalbernet (cf. 1977, p. 53) fosse seguida.

Se o padrão para se produzir uma boa tradução for a reprodução exata de um texto, em uma outra língua, por meio da *decodificação do sentido do original* e da *reprodução fiel* do mesmo, na língua de chegada, a tarefa do tradutor continuará sendo, de antemão, fadada ao fracasso, quando não, impossível. Isto porque o significado de um texto não se encontra no conjunto de palavras que o compõe, o que faz com que nem a máxima *equivalência* alcançável resulte em uma tradução que, na visão tradicionalista, possa ser considerada boa. Uma demonstração exemplar do que acabamos de colocar pode ser encontrada no conto “Pierre Menard, autor Del Quijote”, de Jorge Luis Borges.

Se, nessa direção, a *equivalência total* é inatingível, então poderíamos propor um caminho oposto ao que propõe o crítico do tradutor Menard ao teorizar sobre a tradução. Nessa nova direção, encontramos como exemplar a tradução do primeiro parágrafo da *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América* do inglês – *oldspeak* – para o *newspeak*, a língua oficial de um estado totalitário fictício criado por George Orwell em seu romance *1984* concebida para servir às necessidades ideológicas do Estado (cf. Orwell, 1949, p. 246). Porém, analisando essa tradução, o resultado também se revela catastrófico.

## Análise

Iniciando pelo conto de Borges, encontramos o narrador do conto, um crítico literário que se propõe a escrever um artigo sobre as obras de Pierre Menard, um escritor francês fictício que viveu no fim do século XIX e na primeira metade do século XX. Atentando para a relação de suas *obras visíveis*, de acordo com a classifica-

ção do crítico, encontramos sonetos, algumas reflexões sobre a linguagem, lógica, filosofia e cognição, um prefácio a um catálogo de exposição de litografias, algumas traduções e até o que o narrador chama de *definição* da condessa de Bagnoregio, (cf. Borges, 1981, p.50), porém jamais escreveu romances, embora o crítico o classifique como romancista (ibid: 47). Entre suas obras, a que mais interessa ao crítico é a *tradução* de parte de *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes: “Essa obra, talvez a mais significativa de nosso tempo, consta dos capítulos nono e trigésimo oitavo da primeira parte de Dom Quixote e de um fragmento do capítulo vinte e dois” (ibid, p. 51)<sup>1</sup>.

Após ler um texto de Novalis sobre a identificação total com um determinado autor e um livro em que uma personagem famosa é deslocada de seu contexto – o que Menard achava censurável –, ele se inspira a compor *el Quijote*, não simplesmente copiando o que Cervantes escreveu, mas reproduzindo o romance de tal forma que cada palavra e cada linha coincidissem, página por página, com o texto de partida, reportando-se a este de modo tão sistemático que seria impossível uma maior aproximação com o mesmo (cf. ibid: 52). Provavelmente ele estivesse seguindo o conselho do frei espanhol Luís de Leon, que recomendava que se reproduzisse, ao traduzir, até mesmo a quantidade de palavras do texto de partida: “Quem traduz deve ser fiel e cabal e, se possível, contar as palavras para dar outras tantas, e não mais nem menos, da mesma qualidade e condição e variedade de significações que as originais têm, sem limitá-las a seu próprio sentido e opinião.” (apud Berman, 1999, p. 15).

Para expressar a grandiosidade de seu intento, em carta ao crítico datada de 30 de setembro de 1934, Menard o explicita: “O objetivo final é uma demonstração teológica ou metafísica – o mundo externo, Deus, a causalidade, as formas universais – não é menos anterior e comum que meu divulgado romance” (Borges, 1981, p. 52). Ou seja, seu Quixote se aproximaria tanto da *origem* do Quixote – o *original*, escrito por Cervantes –, quanto as demonstrações te-

ológicas e metafísicas podem se aproximar da representação perfeita do universo, de Deus, da causalidade. Ora, a proposta de Menard é um embuste, pois, por mais perfeita que seja uma representação metafísica ou teológica de Deus, será sempre uma representação – suscetível, inclusive, de interpretações subjetivas – e nunca o próprio Deus. Menard sabia ser impossível reproduzir o original – até porque óbvio está que se é reprodução, não é original. É sua ironia que o leva a dizer qual seria a única diferença entre sua obra e a dos filósofos: “os filósofos publicam em agradáveis volumes as etapas intermediárias de seu trabalho e eu resolvi perdê-las” (ibid, p. 52). Daí a justificativa para o fato de não haver nenhuma prova deste seu trabalho que, de acordo com o crítico, demandara anos. Ao que nos parece, Menard pregou uma peça no crítico, que levou a sério um trabalho que nunca existiu e para quem uma tarefa assim tão difícil, *interminavelmente heróica e ímpar*, por certo permaneceria inacabada. Dois capítulos e um fragmento de capítulo já representavam aos olhos do crítico um grande trabalho, suficientemente grande para justificar a classificação de Menard – um homem que nunca escrevera uma linha por si só, excetuando-se os elogios a duas damas, sendo que para a produção de um deles ainda contou com a ajuda de um colaborador (Gabriele d’Annunzio, cf. ibid, p. 50) – como romancista.

Mesmo diante de todas as evidências de que Menard jamais fez mais do que copiar os dois capítulos e o fragmento do Dom Quixote, ele analisa toda esta *grande obra de Menard* e chega a uma conclusão surpreendente: a tarefa de Menard era muito difícil, tão difícil que ele não conseguiu realizá-la e seu trabalho resultou em outra obra, um Quixote diferente do de Cervantes – daí o título de sua resenha: *Pierre Menard, Autor del Quijote*.

Partindo das suposições de que todo o significado de um texto se encontra confinado nos limites do próprio texto, de que este significado é exatamente o pretendido pelo autor e de que o autor é um mestre da palavra tão superior aos demais mortais que consegue transferir para o papel integralmente o conteúdo do que idealizou

em sua mente, este crítico acredita mesmo que, por meio da reprodução *ipsis literis* do texto de Cervantes, Menard poderia recompor – no sentido de compor novamente – o *Dom Quixote*. Perspicaz como é, ele chega a conjecturar que o leitor vai perguntar – note-se que ele próprio não propôs esta questão a Menard, com quem mantinha contato, nem a si mesmo – por que um simbolista de Nîmes, devoto de Poe e profundamente interessado pelo Quixote, embora este não lhe pareça inevitável, resolveu recompor justamente *Dom Quixote*. Ele esclarece que a carta citada anteriormente elucida a questão, mas ele não a responde, pois não há qualquer indício de que ele perceba que Menard escolheu *Dom Quixote* porque o considerava irrelevante e desnecessário:

sei-me, contudo, capaz de imaginá-lo [o universo] sem o Quixote. (Falo, naturalmente, de minha capacidade pessoal, não da ressonância histórica das obras.) O Quixote é um livro contingente, O Quixote é inecessário. Posso premeditar sua escritura, posso escrevê-lo, sem incorrer numa tautologia. Aos doze ou treze anos o li, talvez integralmente. Depois li com atenção alguns capítulos, aqueles que não tentarei por agora. Freqüentei também o entremezes, as comédias, a Galatéia, as novelas exemplares, os trabalhos sem dúvida laboriosos de Persiles e Sigismunda e a Viagem do Parnaso... Minha lembrança geral do Quixote, simplificada pelo esquecimento e a indiferença, pode muito bem equivaler à imprecisa imagem anterior de um livro não feito (ibid, p. 54).

Menard não ousaria brincar com uma obra que considerasse realmente essencial, tal como a de Poe: “Não posso imaginar o universo sem a interjeição de Edgar Allan Poe: *Ah, bear in mind this garden was enchanted!*” (ibid, p. 54). Provavelmente ele não tocaria em uma obra que considerasse essencial por saber que, ao tocar em um texto, mesmo aplicando seu método de não alterar nada, reproduzir totalmente, ele o transformaria em outro. Se considerava a obra de Poe essencial, então ela já teria atingido um grau de perfei-

ção tal que ele não poderia alterá-la, mas a obra de Cervantes não lhe parecia essencial, então deveria alterá-la, ou seja, em suas palavras, aperfeiçoá-la – lembremo-nos que ele tinha uma certa compulsão por aperfeiçoar textos; faz isto quando, por exemplo, transpõe em alexandrinos o *Cimetière Marin*, de Paul Valery.

É por não perceber o jogo de Menard que o crítico dá credibilidade ao seu método para a reprodução do *Quixote*. Inicialmente ele pensou em uma estratégia que o crítico considera relativamente simples: ser Miguel de Cervantes. Para tanto, propôs-se a tarefas impossíveis: “Conhecer bem o espanhol, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros ou contra os turcos, esquecer a história da Europa entre os anos de 1602 e de 1918” (ibid, p. 52). Diante da impossibilidade de levar a diante tal estratégia, Menard procura uma outra, esta sim, mais interessante, porquanto mais difícil – e o crítico concorda plenamente com Menard: o mais interessante seria continuar sendo Pierre Menard e por meio de suas próprias experiências recriar o *Quixote*. O resultado de tal tarefa parece realmente muito bom ao crítico; ele chega a reconhecer o estilo de Menard até mesmo em um dos capítulos não reproduzidos por ele (cf. ibid, p. 53).

Como vimos, a despeito dos obstáculos que Menard diz enfrentar – a necessidade de ser fiel ao texto original, enquanto o escritor, ao contrário, teve total liberdade para criar –, chega a reproduzir com sucesso uma parte do *Quixote* de Cervantes, mas, com relação a um excerto, o crítico apresenta uma conclusão inusitada, ao menos para os tradicionalistas, e contraditória: Menard não foi fiel ao texto original, pois Cervantes teria escrito o seguinte vocativo sobre o termo verdade:

la verdad, cuya madre es la historia, émula del tiempo,  
depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso  
de lo presente, advertência de lo porvir

Menard, por sua vez, teria escrito algo totalmente diferente:

a verdad, cuya madre es la historia, émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertência de lo porvir

Para o crítico, a diferença residiria no fato de que Cervantes jamais quis dizer que a história é mãe da verdade; todos os predicativos por ele atribuídos à história seriam meros elogios retóricos, não uma definição de história. Menard, porém, teria definido história como origem da verdade. Ou seja, a reprodução total de linha por linha, palavra por palavra, do texto, mesmo na própria língua em que ele foi escrito, não teria resultado em um texto fiel ao original (cf. *ibid*, p. 57).

Outro problema identificado pelo crítico se refere ao estilo. Menard teria usado um estilo arcaizante e estrangeiro neste excerto, o que denuncia a não-originalidade do texto, uma vez que, segundo os tradicionalistas, para ser fiel ao original, o texto precisa parecer original, não podendo deixar vestígios de que se trata de tradução ou, neste caso, recomposição. Também a linguagem de Menard seria diferente. Enquanto Cervantes teria usado um espanhol contemporâneo e sem influência de estrangeirismos, o de Menard seria afetado (cf. *ibid*, p. 57-58). Ou seja, ao repetir, *ipsis literis*, as palavras de Cervantes, sem considerar o contexto histórico e a variação lingüística que se processa em todas as línguas ao longo do tempo, Menard nem de longe se aproximou do sentido que leitores do século XX, representados pelo crítico, encontrariam no *Quixote* de Cervantes e, portanto, foi tão infiel ao original que o crítico o considera o criador de um novo *Dom Quixote*.

De modo irônico, o que este conto nos mostra é que, quando um indivíduo de uma determinada época, que vive em um determinado contexto resultante de uma série de acontecimentos históricos inegáveis, emprega uma determinada combinação de palavras, ele não necessariamente dirá com ela o mesmo que outros que a em-



pregaram antes – mesmo porque até as palavras adquirem novos sentidos ao longo do tempo, além de terem sentidos diferentes nas diferentes comunidades interpretativas. Ora, se isto ocorre mesmo quando se trata de palavras de uma mesma língua, pode-se imaginar quão mais complexa se torna a situação quando são envolvidas línguas e culturas diferentes, como os casos que normalmente demandam tradução. O conto também demonstra que a tentativa de se aproximar ao máximo possível do texto original na busca pelo sentido original é inútil. Até certo ponto, é impossível saber qual foi o sentido pretendido pelo autor; é impossível identificar um sentido original por excelência.

Talvez a maior ironia na situação representada pelo crítico criado por Borges seja o fato de o capítulo nove da obra de Cervantes ser uma “tradução em castelhano, efetuada ‘em pouco mais de mês e meio’, por um mouro de Toledo, de um manuscrito em língua árabe, *A história de um don Quijote de la Mancha, escrita por Cide Hamete Benengeli, historiador arábigo.*”, conforme teria afirmado Miguel de Cervantes (cf. Chartier, 1994, p. 48).

O crítico em questão, ainda que de modo caricatural, representa bem o papel dos críticos que se comprazem em condenar as infidelidades do tradutor. O trabalho de Menard, como vimos, demonstra justamente a impossibilidade de uma tradução sem interpretação, escolhas e, em certo sentido, alterações a serem empreendidas pelo tradutor se este pretende reproduzir ao menos o que ele julga ser o que o autor do texto de partida “quis dizer” – e, no limite, isto é tudo o que ele pode fazer.

Indo em direção ao outro extremo da busca pela *equivalência total*, tomemos o seguinte artigo da *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América*:

We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain inalienable rights, that among these are life, liberty and the pursuit of happiness. That to secure these rights, Govern-

ments are instituted among men, deriving their powers from the consent of the governed. That whenever any form of Government becomes destructive of those ends, it is the right of the People to alter or abolish it, and to institute new Government (apud Orwell, 1949, p. 256)<sup>2</sup>.

Uma tradução possível seria: Sustento estas verdades como auto-evidentes, que todos os homens são criados diferentes, que eles são agraciados pelo Grande Irmão com certos deveres inalienáveis, e que entre estes estão o trabalho, a obediência e o dever de ser infeliz. E que para assegurar estes deveres, meu Governo está instituído entre os homens, sendo que meu poder sobrepuja o consentimento dos membros do Partido, dos proles e dos rebelados. E que quando a Resistência tentar destruir estas finalidades, é obrigação de todos combatê-la, e então me manter no Poder – tradução nossa da tradução apresentada por Orwell (cf. *ibid*, p. 256) para o primeiro parágrafo da *Declaração* em *newspeak*.

A tradução do título, evidentemente, deveria ser algo como *Declaração do Totalitarismo da Eurásia* e o ano de 1776 poderia ser convenientemente *traduzido* por 1984. Assim teríamos uma *tradução totalmente equivalente* do texto de George Washington para o *newspeak*.

Outra possibilidade de tradução seria simplesmente *crimethink* (cf. *ibid*, p. 256), que em *newspeak* significa *crimepensar* ou *pensar de modo criminoso* – palavra que resume as idéias presentes na *Declaração* vistas sob a óptica dominante no universo de 1894. Porém, seria esta opção de fato uma tradução ou, antes, a revelação de uma impossibilidade de tradução?

Neste contexto, Orwell faz a seguinte reflexão sobre a (im)possibilidade da tradução:

Quando o Oldspeak tiver sido de uma vez por todas superado, o último elo com o passado será desfeito. A História já foi reescrita, mas fragmentos da literatura do passado

sobreviveram aqui e ali, imperfeitamente censurados, e enquanto se retiver o conhecimento do Oldspeak será possível lê-los. No futuro tais fragmentos, mesmo que tenham tido chance de sobreviver, seriam ininteligíveis e intraduzíveis. Seria impossível traduzir qualquer passagem do Oldspeak para o Newspeak a menos que se refira a algum processo técnico ou alguma ação diária muito simples, ou se já apresentasse tendência ortodoxa (bompensatil seria a expressão Newspeak). Na prática isto significaria que nenhum livro escrito antes de, aproximadamente, 1960 poderia ser completamente traduzido (ibid, p. 256, tradução nossa).

Ao se buscar a *equivalência perfeita*, deparamo-nos, mais uma vez, com a impossibilidade de alcançá-la, pois, tal como acontece no caso da tradução de Dom Quixote efetuada por Menard, reproduzir com exatidão o pensamento cunhado no interior de uma determinada sociedade, em um contexto específico, é impossível, simplesmente porque é impossível, em termos espaciais e temporais, transplantar culturas, transplantar mentes. Assim, alcançar a *equivalência perfeita* – tarefa atribuída ao tradutor pela crítica de tendência estruturalista – é algo impossível uma vez que o ato tradutório envolve muito mais que um jogo entre palavras de diferentes línguas; envolve as concepções nas quais cada língua se encontra mergulhada e que, ao mesmo tempo, molda a língua, como Orwell explicita em sua reflexão.

## Conclusão

Pelos exemplos acima, pode-se notar que os modelos que sugerem o transporte do contexto lingüístico e extra-lingüístico – a *equivalência total* – do texto de partida para o texto de chegada se aproximam daqueles que prescrevem a tradução *ipsis-literis*, na medida em que também têm como palavra-chave o *ipsis – ipsis-mundi*,

neste caso – ao propor o transporte para o equivalente perfeito, no nível lingüístico e contextual. Uma concepção como esta poderia dar origem à *teoria da tradução impossível*, que começamos a delinear aqui a partir da reflexão de Orwell sobre a adoção do *newspeak*. A partir deste ângulo, podemos enxergar a *teoria da tradução total* como sinônimo para a *teoria da tradução impossível* – ironicamente, uma *equivalência perfeita*, já que, considerando que o sentido literal não existe, a *equivalência total é impossível*.

### Notas

1. A tradução deste e dos demais excertos do conto de Borges aqui apresentados é nossa.
2. Sustentamos estas verdades como auto-evidentes; todos os homens são criados iguais, são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais estão a vida, a liberdade e o usufruto da felicidade. Para assegurar estes direitos, Governos são instituídos entre os homens, derivando seu poder do consentimento do governado. Sempre que qualquer forma de Governo se torna destrutiva para aqueles fins, é direito do Povo alterá-lo ou aboli-lo e instituir novo Governo (tradução nossa).
3. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, pode-se consultar: SANTANA, Vanete Dutra (2002). *O tradutor como autor: transformação e sobre-vida do “original”* (dissertação de mestrado). Campinas: IEL/Unicamp, 2002.

## Bibliografia

BERMAN, Antoine (1999). *La traduction et la lettre ou l'auberge du lointain*. Paris: Éditions du Seuil.

BORGES, Luis (1981). "Pierre Menard, autor del Quijote". In: *Ficciones*. Madrid: Alianza Editorial, p. 47-59.

CHARTIER, Roger (1994). *A ordem dos livros* (Trad. Mary Del Priore). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

ORWELL, George (1949). *1984*. New York: The New American Library.

\_\_\_\_\_. (1949). "The pinciples of newspeak". In: *1984*. New York: The New American.

VINAY, Jean-Paul e DARBELNET, Jean (1977). *Stylistique comparée du français et de l'anglais: Méthode de traduction*. Paris: Didier.